

RODOLFO STUCKERT

PARTICIPAÇÃO ATIVA NO EIXO DAS DECISÕES



DIVULGAÇÃO/OCB

O movimento cooperativista brasileiro tem ganhado um espaço cada vez maior na economia brasileira, participando, por exemplo, de 45% da produção agrícola nacional. As conquistas são crescentes e vêm em consequência de uma atuação intensa do setor nos principais debates do País. Esse processo ganhou um reforço importante no último mês. O Sistema OCB conduzirá o fórum das entidades patronais, representantes de vários segmentos econômicos no Legislativo, tendo à frente a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). É com esse olhar atento que o cooperativismo tem acompanhado de perto as discussões sobre o novo Código Florestal, apresentando sugestões que irão impactar positivamente no campo para o produtor cooperado. E esse processo já tem data para terminar. A votação em Plenário deve ocorrer nas próximas semanas e, caso não seja apreciada até o dia 8 de outubro, a Medida Provisória (MP) nº 571/2012, que modifica a Lei 12.651/12, perderá sua eficácia.

Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB

SISTEMA OCB COORDENARÁ FÓRUM DAS CONFEDERAÇÕES

Avançar na discussão de proposições de interesse comum e fortalecer a atuação legislativa das entidades que representam o setor produtivo: esses são os principais objetivos do Fórum das Confenderações Patronais – no âmbito do Poder Legislativo –, que reúne, semanalmente, assessores parlamentares e profissionais da área de relações governamentais para discutir estratégias que viabilizem o avanço de marcos regulatórios do ramo agropecuário, do cooperativismo, da indústria e de outros setores econômicos do País. Dando sequência ao rodízio estabelecido pelas confederações patronais, o Sistema OCB será o responsável por conduzir as atividades do grupo durante o Biênio 2012/2013. De acordo com o superintendente da OCB, Renato Nobile, a definição reflete o reconhecimento ao trabalho exercido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no Congresso Nacional. Além da OCB, participam das reuniões as entidades representativas da Indústria (CNI), das Instituições Financeiras (CNF), do Comércio, de Bens, Serviço e Turismos (CNC), do Transporte (CNT), da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Ação Empresarial.

AVANÇOS NO CONGRESSO

Para evitar a falta de quórum durante o período eleitoral, os líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal agendaram períodos de esforço concentrado para apreciar proposições pendentes, como a Medida Provisória (MPV) 571/2012, que modifica a Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Representando 1.523 cooperativas e cerca de 1 milhão de cooperados no ramo agropecuário, o Sistema OCB tem atuado proativamente na tramitação da matéria, tendo proposto dez destaques de emendas ao texto aprovado. Para a gerente de Relações Institucionais da OCB, Tânia Zanella, o prolongamento do recesso parlamentar, devido às eleições, pode inviabilizar a tramitação da MPV 571/2012, já que esta tem prazo de votação determinado até 8 de outubro. "Temos um prazo muito curto. Por isso precisamos buscar uma solução consensual, de modo a beneficiar a nossa produção agrícola". Apesar do esvaziamento da pauta de comissões e plenários, o Sistema OCB alcançou importantes avanços durante o período. A aprovação, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), do Projeto de Lei (PL) 2025/11, que amplia as possibilidades de pescadores artesanais, inclusive os cooperados, receberem o seguro-desemprego, está entre eles. Segundo a proposta, o benefício, no valor de um salário mínimo, será pago quando ocorrer a interdição da área de pesca ou qualquer outra situação que impeça a atividade pesqueira.